

# O que resta do agente social?

## A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si

JEAN-LOUIS FABIANI

**RESUMO:** Este artigo pretende examinar conjuntamente duas questões. A primeira se refere aos usos da biografia nas ciências sociais. A segunda diz respeito à determinação sociológica da noção de ator. Trata-se, de um lado, do problema do estatuto da experiência singular na história ou na sociologia e, de outro, do estatuto do ator num contexto analítico caracterizado pela pluralidade das cenas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:**

**biografia,  
agente social,  
etnometodologia,  
interacionismo.**

### 1. A vida e a ação

O projeto deste artigo é o de pensar duas questões que nunca foram verdadeiramente associadas nos debates teóricos que a sociologia (falo evidentemente da disciplina tal como ela existe nos lugares que freqüente) tem o costume de desenvolver, apoiando-me, essencialmente, na oposição termo a termo entre paradigmas explicativos.<sup>1</sup> A primeira refere-se aos usos da biografia nas ciências sociais. Ela foi recentemente debatida por historiadores na ocasião em que foram abalados os grandes modelos de inteligibilidade que haviam constituído a sua disciplina (cf. Levi, 1989; Loriga, 1996) : constata-se algo como um retorno de um recurso

Diretor de Estudos da  
EHESS - Marseille e  
Pesquisador do CNRS

metodológico ou simplesmente documental que fazia, ao contrário, um papel de avesso na maioria dos programas de história com pretensões científicas desenvolvida no decorrer do século. Todo o problema é então o de saber quais são os critérios que permitem distinguir os diferentes usos da biografia, pois todas as vias relatadas não são boas para serem tomadas pelo historiador. Dividindo em estilos argumentativos diversos os usos inadequados da análise biográfica em sua própria disciplina, os sociólogos franceses de inspiração estruturalista acertaram (cf. Bourdieu, 1991), mas tenderam a negligenciar o fato de que toda análise sociológica, inclusive aquelas que eles mesmos desenvolvem, utiliza dados biográficos e que as condições de uso dos elementos que as constituem raramente são objeto de análise reflexiva. Já tive a ocasião de evocar o fato de que a sociologia na França (se considerarmos principalmente suas correntes majoritárias) não havia aproveitado a oportunidade, que lhe era oferecida pelas múltiplas discussões suscitadas pela “crise da história”, para se interrogar acerca de suas próprias maneiras de trabalhar, e principalmente acerca das estratégias de construção das propriedades da ação individual: deve-se aqui considerar que a noção de propriedade, inscrita no mármore de um dispositivo teórico estabelecido uma vez por todas, opõe-se à de processo ou de configuração não inteiramente estabilizada. Encontraremos sim referências à “micro-história” na comunidade dos sociólogos: não nos iludamos. Trata-se sobretudo de justificar a recusa de toda análise quantitativa ou de toda reflexão sobre a representatividade de um levantamento qualquer em proveito de uma espécie de exaltação do “vivido”: trata-se ali, evidentemente, de uma má leitura dos micro-historiadores, mas é uma leitura interessada contra a qual reagiram principalmente os críticos da ilusão biográfica, com muita razão. O essencial entretanto talvez fosse outra coisa. O epistemocentrismo da sociologia francesa de inspiração estruturalista foi rico em efeitos paradoxais: de um lado, assistiu-se ao que se poderia chamar de democratização da reflexividade (donde o recurso cada vez mais freqüente à exibição, pelo pesquisador, de um resto auto-analítico nas resenhas de trabalhos), mas, de outro lado, viu-se florescer uma espécie de terrorismo epistemológico feito de insultos apenas simulados mas, no final das contas, muito pouco preocupado com os procedimentos de coleta e tratamento de dados. É por isto que a sociologia, a despeito de sua ambição reflexiva, freqüentemente hoje em dia tem o pior papel, o do substrato teórico, próximo da derrocada, para um ciência social unificada em torno de macro-objetos e atualmente obsoleta. Parece que não tiramos todas as conseqüências do trabalho crítico de nosso mestres sobre a substancialização, o objetivismo ou o realismo dos macro-conceitos das ciências sociais. Dando a si mesmos sempre uma distância à frente quanto à lucidez crítica, os sociólogos tardaram em efetivar em suas pesquisas as formas de experimentação para as quais seu cuidado epistemológico os teria obrigado logicamente a se conduzir<sup>2</sup>.

A segunda questão diz respeito à determinação sociológica da noção de ator, na qual eu englobaria sem dificuldade a noção de agente social,

<sup>1</sup> Entre as melhores contribuições recentes ao debate ver Menger (1997) e Loriga (1992). Para um ponto de vista recente sobre a questão da ação considerada em relação ao paradigma emergente da análise de rede ver Emirbayer e Goodwin (1994).

<sup>2</sup> Ver, sobre este ponto, Fabiani, Jean-Louis, “L’expérimentation improbable. Remarques sur la sociologia française dans ses rapports avec l’ethnométhodologie”, comunicação no Colóquio de Cerisy (junho 1997) sobre L’ethnométhodologie: une sociologie improbable, a ser publicada nas Éditions La Découverte em 1999.

até mesmo “actante”, não por laxismo conceitual (em seguida levarei em conta os debates que opuseram os partidários de uma teoria do ator como sujeito que age na história e os seguidores de uma teoria do agente como produto de um sistema de disposições duráveis interiorizadas até como um simples suporte de estrutura), mas porque o que me interessa nesta questão são os *modelos de ação* (ou, simplesmente, se não se quiser usar a referência quase inevitável a uma teoria da ação “à moda de Parsons”, até mesmo a uma “filosofia da ação”, os “padrões” da atividade socialmente constituída, os quais são como quadros de análise em termos de estratégias, determinações, hábitos, rotinas, etc.) que estão em jogo nos esquemas por meio dos quais nós explicamos comportamentos individuais ou coletivos, quer sejam apreendidos a partir de uma “fórmula geradora”, de uma determinação de trajetórias espaço-temporais, ou a partir da análise de características específicas de situações interacionais. Com o objetivo evidente de fortalecer a base de cientificidade, as sociologias fundadoras, independentemente de seu tipo de filiação teórica, (não é necessário distinguir, por exemplo, a respeito desta relação, individualismo ou holismo), e quaisquer que sejam suas datas de fundação, privilegiaram modelos de ação centrados em torno da unidade e da estabilidade do sujeito agente. Pouco importa neste caso que a ação tenha sido pensada como o produto de uma estratégia racional ou como operação pré-reflexiva de disposições adquiridas: o essencial reside no fato de que o ator estratégico tanto como o homem do *habitus* constituem figuras estáveis que condicionam, *em todo lugar tanto como aqui*, no sentido leibniziano da fórmula, as análises sociológicas da ação. É evidente que tanto um quanto outro desses modelos estão em crise hoje em dia, mesmo se a dominação social e ideológica sem partilha que é exercida atualmente pela sociologia de Pierre Bourdieu na França tenda a retardar o reconhecimento do fenômeno.

Aparentemente, somos então confrontados com duas categorias de questões ligeiramente diferentes. De um lado, trata-se do problema do estatuto da experiência singular na história ou na sociologia: qual o peso da vida do indivíduo na explicação histórica ou sociológica? Deve-se privilegiar as funções heurísticas ou simplesmente ilustrativas da utilização dessas vidas? O recurso à análise biográfica é um mal menor, um expediente para tempos de crise enquanto se espera o retorno de paradigmas mais conquistadores e mais englobantes, ou ele é portador de inovações conceituais e metodológicas? Em resumo, trata-se aqui do modo de tratamento da *unicidade*, do estatuto do objeto singular nas ciências sociais. De outro lado, parece que a grande questão (talvez ela não seja tão nova quanto acreditam aqueles que acabam de descobrir que ela existe<sup>3</sup>) é a que consiste em esclarecer o estatuto do ator num contexto analítico caracterizado pela pluralidade das cenas sociais: se o eu é decididamente múltiplo, como pensar a unidade, a estabilidade e a coerência consigo mesmo do ator ou do agente? Quando os sociólogos evocam a fragmentação, a multiplicidade ou a instabilidade das formas de ação e as situações de interação, eles desenvolvem conjuntamente instrumentos que sejam

<sup>3</sup> Um livro recente de Lahire (1998) é inteiramente consagrado a essa questão.

suscetíveis de descrever trajetórias fragmentadas, disposições ambivalentes ou intermitências, seja que estas venham do coração ou do espírito? Em suma, trata-se aqui do modo de tratamento da unidade do agente, ou, mais precisamente, das condições de produção e de manutenção dessa unidade em configurações nunca estabilizadas.

A primeira maneira de associar a questão da biografia com a da ação consiste evidentemente em chamar a atenção sobre o que elas têm em comum: com efeito, constata-se a impossibilidade de abordar uma ou outra por meio de uma teoria geral do social, já que as reflexões recentes em história sobre a biografia privilegiam as virtudes heurísticas sobre objetos de análise como a trajetória individual (pelo fato dela não ser redutível a uma trajetória social pré-determinada) ou a ambivalência das preferências ou escolhas (pelo fato destas não serem redutíveis a modelos comportamentais normativos), enquanto as reflexões sociológicas são cada vez mais centradas em torno da pluralidade das configurações sociais e de seu grau incerto de estabilização. Estes dois objetos envolvem pois a mesma ameaça relativa à “grande teoria” (e, sob esta noção, não se deve colocar apenas o nome de Parsons, alvo fácil, mas todas as conceitualizações - sua lista é longa - que se apóiam sobre uma teoria geral da ação). Nesse sentido, a atenção conjunta à questão da biografia e a do modelo do ator se inscreve incontestavelmente numa perspectiva de “relocalização” dos objetos da sociologia, a qual orienta as proposições mais inovadoras no universo sociológico. Esses trabalhos fixaram sua atenção principalmente nos meios de escapar às restrições que pesam sobre a análise, vindas da instabilidade de um objeto localmente produzido e perpetuamente renegociado, sem por isso ter acesso aos recursos, mais fáceis de serem evocados do que eficazes, oferecidos pela explicação a partir das estruturas. Assim, para Boltanski e Thévenot (1991), a análise das ações orientadas na direção da justiça permite pensar o acordo (a partir das convenções estabilizadas que o autorizam) de um modo diferente do que como propriedade estrutural ou como resultado de uma negociação singular”. Para Callon e Latour (1991), o trabalho de inscrição dos fatos científicos, a constituição das cadeias de tradução permitem pensar, entre outras coisas, a existência de macro-atores ou a importância da ação à distância.

Uma outra boa maneira de reintroduzir a dimensão prática da análise consiste em voltar ao material biográfico a partir do qual o sociólogo constrói sua interpretação: todas as sociologias utilizam indiferentemente recursos biográficos, que elas exprimem através de dados estatísticos - o que se chama ordinariamente de um resto sociológico é também uma biografia, uma vida muito concentrada ou muito reduzida (e é esta redução que deverá ser discutida) - ou que se fundam sobre a transcrição dos relatos. A especificidade da operação sociológica diz respeito à estratégia “gráfica” posta em ação para tratar das vidas, ou de fragmentos de vida. É difícil distinguir a este ponto entre uma fase de coleta de informação e um tempo da restituição, sob a forma narrativa, de “dados”: pode-se mostrar que há geralmente em ação a continui-

dade de um processo. Os dispositivos que dão lugar à montagem de dados biográficos em resenhas sociológicas são fortemente dependentes da efetivação implícita de modelos de ação. Encontramos aqui a constatação de Paul Ricoeur (1994) segundo a qual a forma narrativa é consubstancial à explicação nas ciências sociais: estamos diante de uma aplicação exemplar na análise biográfica.

As observações que se seguem são organizadas em dois momentos, que visam exemplificar os dois tipos de laços evocados acima entre os usos da biografia e os modelos de ação. Num primeiro momento, trata-se de examinar aquilo a que nos obriga a consideração simultânea da unicidade de uma trajetória biográfica e da multiplicidade das configurações da ação. Para fins ilustrativos, apoiar-me-ei sobre constatações tomadas emprestadas de um certo número de trabalhos recentes ou em curso. Num segundo momento, desenvolverei algumas observações sobre os modos de construção do material biográfico.

## 2. Peças e pedaços

Se quiséssemos resumir grosseiramente (e um pouco escolarmente) o afrontamento dominante durante muito tempo a propósito dos modelos da ação assumidos pela análise sociológica, colocaríamos em cena dois protagonistas. De um lado, encontraríamos o ator racional do individualismo metodológico, do outro o agente socializado do qual todos os atos podem ser referidos a uma “fórmula geradora de práticas” (segundo a expressão doravante canônica de Pierre Bourdieu). Raymond Boudon resume assim os traços do primeiro protagonista e as características da sociologia que decorrem dessa primeira escolha: “admitamos pois que a unidade da sociologia reside sim na especificidade de sua linguagem e que esta linguagem seja definida pelos três postulados fundamentais que se seguem: o átomo lógico da análise é constituído pelo agente social individual; a racionalidade dos agentes é geralmente do tipo complexo (geralmente não se consegue explicá-la apenas com a ajuda do esquema das ações lógicas no sentido de Pareto); os agentes são incluídos em sistemas de interação cuja estrutura fixa certas restrições à sua ação (outras restrições sendo, por exemplo, representadas por seus recursos cognitivos ou econômicos)” (Boudon, 1979, p. 53). A sociologia é definida (a propensão lexicológica da disciplina é freqüente) como uma maneira particular de nomear as coisas (ou antes de nomear as ações): átomo, racionalidade, sistema de interação constituem os elementos principais de um léxico que é o da modelização possível. A sociologia é, o mais das vezes, como a história, uma disciplina do singular ou do local, até mesmo do acontecimento, mas encontra sua especificidade na capacidade de produzir modelos da ação ou da interação através da designação de “estruturas gerais subjacentes” (Boudon, 1979, p. 80).

Quanto ao agente social que é o outro protagonista, ele é o produto

da unidade de um hábito, entendido como *habit-forming force* (no sentido de Panofsky) e que atribui um privilégio à socialização primária. Encontramos aqui a oposição entre modelos deterministas e modelos interacionistas, ou aquela na qual se defrontam o primado da socialização e o primado da estratégia de base calculadora. Vale a pena prestar atenção por um instante na teoria da prática elaborada por Pierre Bourdieu, pois ela constitui a síntese da teoria da ação mais poderosa até hoje, centrada na interiorização precoce de um sistema de disposições e de sua eficácia durável para explicar todos os tipos de práticas sociais. Começamos pela formulação teórica *princeps* da conceitualização disposicional:

“Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *hábitos*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a visada consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “regradas” e “regulares” sem ser em nada o produto da obediência a regras, e, em sendo tudo isto, coletivamente orquestradas, não ser o produto da ação organizadora de um maestro” (Bourdieu, 1980, p. 88-89).

O que se deve reter nesta apresentação hiperteórica, que não se preocupa com a verificação empírica, é que o hábito é ao mesmo tempo produto e produtor. Ele é o produto de condições históricas de existência (e tudo leva a pensar que se trata de condições coletivas) e é, por sua vez, produtor de história, *por transposição*. O hábito é um *sistema*, ou seja, ele exprime na coerência de um conjunto de disposições, que remetem todas ao seu lugar originário, mecanismos de condicionamento cujo efeito é permanente uma vez que ele é adquirido: a historicidade das condições de existência é interiorizada uma vez por todas, o que supõe duas coisas: a onipotência do condicionamento e a homogeneidade e a coerência de seus conteúdos. Com efeito, o hábito apresenta duas características: a primeira é a durabilidade (permanência das disposições uma vez adquiridas). Há uma espécie de ferrolho dos condicionamentos (o sistema de disposições é selado). A segunda é a da transponibilidade: esse sistema de disposições, dado o caráter poderoso e unívoco dos primeiros condicionamentos, vale para todos os domínios de práticas sociais. Encontrá-lo-emos, simplesmente transposto, em campos sociais muito diferentes, tanto nas formas de investimento escolar quanto na relação com a natureza.

Uma dimensão muito importante da teoria do hábito reside na afirmação constante do caráter pré-reflexivo (até mesmo pré-consciente) da ação. Não é necessário supor a intencionalidade da ação para explicar seu ajustamento a objetivos. Esse ajustamento da ação se explica pelo fato de que todo estímulo não pode exercer um papel desencadeador (da prática) a não ser que encontre um “agente condicionado a reconhecê-lo”. A teoria da orquestração sem maestro supõe a homologia entre as estruturas objetivas e

as disposições subjetivas. Esta homologia encontra uma forma de corroboração na correlação muito estreita entre as *probabilidades objetivas* (por exemplo, as chances de acesso a tal ou qual bem) e as *probabilidades subjetivas* (as motivações, as necessidades). A homologia, fundada na definição do hábito como produto da inculcação das condições objetivas, nos introduz numa lógica da pré-adaptação:

“Na verdade, pelo fato das disposições duravelmente inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades, as liberdades e as necessidades, as facilidades e as interdições que são inscritas nas condições objetivas (e que a ciência apreende por meio das regularidades estatísticas como probabilidades objetivamente ligadas a um grupo ou a uma classe) engendrarem disposições objetivamente compatíveis com as condições e de algum modo pré-adaptadas a suas exigências, as práticas mais improváveis ficam excluídas, antes de qualquer exame, como impensáveis, por essa espécie de submissão imediata à ordem que inclina a fazer da necessidade virtude, ou seja, a recusar o recusado e a querer o inevitável” (Bourdieu, 1980, p. 90).

Não há definição mais clara e mais restritiva de *amor fati*, da resignação a um destino inscrito nas estruturas objetivas e incorporado como tal por um sistema de disposições subjetivas. A história é contudo rica em deslocamentos entre as esperanças subjetivas e as probabilidades objetivas (pode-se mesmo dizer que esse desajuste é um de seus motores mais poderosos). Convém acrescentar que a base de observação do hábito é estatística: são regularidades constantes no interior de entidades coletivas que permitem concluir pela existência dessas disposições, mesmo quando o processo de interiorização permanece constantemente fora da análise.

Para resumir em grandes traços a oposição entre as duas imagens, pode-se dizer que a ação pode ser concebida a partir do primado do presente (o presente da racionalidade em ação) ou de um primado do passado (o passado da socialização). Existe igualmente um sistema de oposições entre a ação quase automática e a intencionalidade consciente, entre o ajuste pré-reflexivo e a estratégia, até mesmo o cálculo. O sucesso escolar deste par se deve à sua simplicidade e à sua aparente eficácia. Os contra-argumentos que são trocados são igualmente estabilizados: quando se critica o modelo do ator, nós associamos a ele classicamente o recurso privilegiado à abstração ficcional de um sujeito racional separado das determinações sociais; faz-se o processo do sociologismo ao modelo do agente socializado, processa-se o sociologismo, do qual se considera que faz do indivíduo um brinquedo das estruturas e das instituições. Num caso e no outro, a ação pode ser modelizada. A questão da validade empírica desses sistemas explicativos não se põe verdadeiramente: o primeiro fato é mais freqüentemente objeto de justificação do tipo introspectivo e conseqüentemente se dá uma grande liberdade de manobra; o segundo invoca a transponibilidade indefinida dos esquemas interiorizados sem se dar a obrigação de prová-la.

Entre essas duas definições da ação em sociedade, uma é evi-

dentemente mais “sociológica” do que a outra (que pode facilmente dispensar qualquer postulado sociológico): a afirmação do primado da socialização primária, do qual a teoria do hábito constitui tão somente uma radicalização, é inseparável do desenvolvimento da sociologia como disciplina, como testemunha sua igual importância em Durkheim e Parsons. O evidente parentesco entre as teses de Talcott Parsons e as de Pierre Bourdieu foi por um momento obscurecida pela diferença de guarnição ideológica (de um lado a socialização exprime o consenso, de outro, a dominação e o conflito): sua proximidade aparece progressivamente. A interiorização das normas constitui o lugar próprio da sociologia no mundo das ciências sociais, a promessa de um território que não lhe será disputado pelas outras disciplinas. A teoria atomista do ator racional, ao contrário, freqüentemente tomou a forma de uma anti-sociologia, como testemunha a preocupação freqüente, manifestada por seus promotores, de se situar na escola da economia ou de cortar completamente as derivas ideológicas dos discursos fundados na assunção de uma consciência - ou, mais simplesmente, de uma entidade coletiva. O essencial não está nessas querelas que alimentam o cotidiano desgastado da disputa acadêmica: a teoria do atomismo tanto quanto a da interiorização de disposições numa configuração única têm em comum o fato de constituírem conceitualizações invulneráveis à pesquisa empírica.

Esta é a razão pela qual esses paradigmas progressivamente se enfraqueceram em proveito de um ponto de vista interacionista, durante muito tempo dominado na cena das ciências sociais. Passando em revista numa obra de síntese recente as teorias utilitaristas e as da escolha racional, Randall Collins observa com justeza o fato seguinte: “A atenção aos paradoxos da racionalidade e os esforços para superá-los tiveram como resultado surpreendente reduzir a importância do modelo do mercado. Os pensadores que defendem uma abordagem em termos de ação racional passam mais tempo mostrando a eficácia das relações não mercantis do que imitando os economistas. O ator racional parece igualmente retirar-se da frente da cena: ele aparece mais como uma silhueta sem espessura que designa sob forma de esboço um objeto de pensamento que nos importa, mas hoje damos mais atenção ao fato de que sob esta silhueta se perfila a sombra imponente dos limites da racionalidade e que é posta em dificuldades pelas restrições que lhe são impostas pelas estruturas sociais” (Collins, 1994). Num retorno recente à teoria da escolha racional, o próprio Raymond Boudon dissocia a racionalidade de um ponto de vista estritamente atomista: “a teoria proposta é, por construção, individualista (no sentido metodológico), mas não atomista: as razões dos indivíduos não têm valor para eles a não ser que eles tenham o sentimento de que elas têm potencialmente um valor para o Outro generalizado” (Boudon, 1998).

Quanto à crítica das teorias sociológicas cujo princípio de construção é constituído por um processo abstrato (e não aberto à investigação empírica) de interiorização de conteúdos normativos, ela já é antiga. George C. Homans consagrou uma boa parte de sua obra à crítica da sociologia

estruturo-funcionalista pelo fato de que ela reduz os atores a uma única tarefa: cumprir o que era requerido na definição de seu papel prescrito pelo sistema social. Ao criticar o que considerava como o “mito do sistema social”, Homans (1950) tinha como objetivo reintroduzir na análise as ações e as motivações dos indivíduos tais como a pesquisa pode apreendê-los<sup>15</sup> para aquém da produção teórica. Retorno da pesquisa e retorno do ator são aqui indissociáveis: é significativo que Homans tenha intitulado “Bringing the men back in” a comunicação que apresentou ao congresso da Associação Americana de sociólogos em 1964 (cf. Homans, 1964), palavra de ordem que devia inaugurar o famoso debate sobre as relações entre o macro e o micro nas ciências sociais. Foi igualmente no início dos anos 60 que Denis Wrong publicou uma crítica ao funcionalismo centrada na concepção hiper-socializada do homem que estava contida nessa noção (cf. Wrong, 1961). Analisando o texto sobre *Educação moral* de Durkheim, Wrong observava que ali se encontrava uma teoria de interiorização das normas pensada a partir da transformação do sentido da coerção: a regulação exterior é seguida pela regulação interior. Nessa perspectiva, a interiorização tornou-se muito rapidamente sinônimo de “aprendizagem” ou de “interiorização de hábitos”. Wrong assinala que esse termo tornou-se logo uma palavra vazia na conceitualização na medida em que a interiorização e o fato de se conformar às regras são pensados indistintamente num quadro formalista que não se preocupa com o processo efetivo de interiorização nem com a dimensão de repressão que a noção encerra em Freud. A ordem social é, no estruturo-funcionalismo, uma ordem propriamente tautológica: a questão hobbesiana (porque há ordem, ao invés da desordem?) é assim esvaziada de sua substância.

Em seu recente trabalho sobre o homem plural, curiosamente apresentado na forma de um combate singular entre o autor e Pierre Bourdieu, astúcia que dá certo na história das conceitualizações, Bernard Lahire não evoca estas referências, cuja lembrança basta para mostrar que a discussão sobre os efeitos de caixa preta que estão envolvidos nas teorias da socialização têm hoje perto de quarenta anos. É verdade que na França o debate não assumiu o mesmo perfil, já que na época em que se desenvolvia a crítica ao funcionalismo na sociologia de língua inglesa, a variante francesa do estruturalismo sociológico estava sendo construída, mas sobre bases quase inteiramente ideológicas, atacando as teorias do sistema social de Parsons sem contudo colocar em questão o primado ontológico da socialização. Assim como em outras circunstâncias, houve uma espécie de passo de dança entre a sociologia francesa e a sociologia americana: a forma dominante da corrente crítica francesa (que era, paralelamente, diferentemente das sociologias críticas aparecidas em outros países, uma sociologia de re-fundação), tinha aportado ao mesmo tempo numa base epistemológica extremamente coercitiva (herda da de um uso particular da filosofia das ciências de Bachelard) e no poder do tema da socialização. Com efeito, constata-se que no mesmo momento aparecem na França e nos Estados Unidos projetos que têm no seu princípio aquilo

que Randall havia chamado de “refilosofização” da sociologia. Tive ocasião de lembrar em outro lugar o fato de que as proposições sociológicas das quais se poderia pensar que tivessem pontos comuns (a sociologia originada do programa metodológico realizado no *Métier de sociologue* de um lado e na etnometodologia de outro) divergiam com efeito profundamente no que dizia respeito à avaliação da articulação entre o saber sociológico e os saberes práticos<sup>4</sup>. Sem dúvida, a epistemologia de inspiração bachelardiana que dava forma à sociologia estruturalista francesa tornava literalmente ilegível a crítica radical das categorias eruditas que punham em cena o interacionismo simbólico e a etnometodologia no momento mesmo em que o que aparecia nesta época como nova sociologia incluía também em seu programa uma crítica deste gênero (no prolongamento da análise das formas de qualificação). A questão da cientificidade da sociologia foi, com efeito, claramente localizada por Pierre Bourdieu, Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron do lado da sociologia da sociologia, encarregada de definir as condições ótimas de funcionamento da cidade erudita e as implicações sociais do controle epistemológico (cf. Fabiani, 1992). É significativo que não tenham considerado senão de maneira negativa, sob o ângulo das determinações sociais que entravam o desenvolvimento do discurso científico, a questão do enraizamento social do sociólogo e de sua relação com a produção dos saberes do senso comum. Aparentemente, estamos aqui muito longe da atitude da etnometodologia, igualmente dedicada a combater o funcionalismo, mas com armas diferentes: tratava-se, para esta teoria, de reabilitar as competências em ação no senso comum, pela afirmação de um princípio de indiscernibilidade entre os recursos mobilizados pelos pesquisadores em ciências sociais e aquelas que utilizam quotidianamente os atores no curso das interações: essa postura conduz a uma avaliação absolutamente diferente dos critérios de análise da ação.

É nos programas das diversas sociologias de inspiração interacional, dominados durante muito tempo mas que dão provas, meio século após seus primeiros desenvolvimentos, de um vigor teórico intacto, que podemos encontrar as bases mais satisfatórias para um tratamento sociológico da ação individual que permita evitar o obstáculo do atomismo tanto quanto o do determinismo pela socialização. Durante muito tempo se pensou na França que as sociologias de inspiração interacionista - o rótulo é cômodo embora redutor - caracterizavam-se ao mesmo tempo pela sua qualidade de investigação empírica e por sua fraqueza teórica, que às vezes era associada à incerteza de si típica das classes médias americanas. Bom observador, teórico medíocre, inimitável em relação aos detalhes ou do infinitamente pequeno, mas abaixo da média em relação ao que é a grande teoria. Sem dúvida lamentamos deixar de lado a perspectiva de examinar o alicerce teórico que permite esse gênero de asserção: pode-se ver perfeitamente os detalhes sem compreender a dimensão global de uma relação social? Pode-se ser imbatível a respeito do infinitamente pequeno e indigente em relação ao resto? Muito frequentemente se considerou que os sociólogos interacionistas eram observadores

<sup>4</sup> Cf. nota 2.

muito finos mas eram também “cabeças pequenas” na teoria. *The discovery of grounded theory*, publicado em 1967 por Barney Glaser e Anselm Strauss (1967), tende a mostrar o contrário. Permanecendo sempre o mais perto possível das exigências específicas da observação regulada do mundo social, Glaser e Strauss indicam os impasses aos quais conduzem as problemáticas da validação de uma teoria pelos testes empíricos, como a de Merton: as ciências sociais que não satisfazem às condições lógicas da “falsificação” obedecem a um outro regime da produção teórica. Esta particularidade não leva entretanto ao abandono do uso exigente da noção de “teoria”: mas é um outro tipo de teoria, diferente daquele que é ordinariamente retido pelas epistemologias naturalistas aplicadas às ciências sociais. O sucesso recente das sociologias interacionistas na França deve evidentemente ser objeto de uma avaliação crítica: quase todos a reivindicam hoje em dia, mesmo se a efetivação nas operações de campo permaneça minoritária. O mesmo ocorre com a reverência universal das sociologias francesas em relação a Norbert Elias, que não pode ser compreendida senão como meio mais econômico para continuar a fazer com cores mais frescas o que sempre se fez, já que a noção de configuração assim como a de interação têm muita plasticidade para permitir todas as apropriações. Estamos aqui situados na ordem do *lifting*, ou, mais grosseiramente, na ordem do recondicionamento ou da “reembalagem” de produtos próximos da prescrição de validade. Um autor, cujo trabalho só tem sentido num contexto de interações intelectuais, torna-se uma espécie de referência absoluta, a despeito de toda preocupação com a história social das conceitualizações.

Num livro de 1959, *Miroirs et masques*, que ele considerou até o fim da vida como seu livro preferido, Anselm Strauss, desenvolvendo as teses de George Herbert Mead, insiste principalmente na necessidade de se considerar “a experiência humana do tempo” para definir a ação. “A experiência humana do tempo está incessantemente em vias de ser feita”. Essa estruturação temporal da experiência tem como consequência a “indeterminação do eu” e o fato de que “o imprevisto é inelutável” (cf. Strauss, 1992). A noção de ação pode ser definida em relação a um processo central que é da avaliação (ou da reavaliação), quer se trate do ajuste entre meios e fins, da apreciação do outro ou da antecipação que pode ser feita a propósito do comportamento dos diversos atores. É isso que explica o privilégio quase estatutário concedido às situações de muita incerteza, nas quais os atores são levados a proceder a mais avaliações do que em situações rotineiras: essa atenção prestada ao mal-entendido ou ao cacófato é aliás uma característica federativa de todas as variantes de interacionismo. É em razão desse primado da temporalidade que se pode falar de dimensão processual da ação. Em sua última obra, *Continual permutations of actions* (1993), cujo título é significativo, Anselm Strauss retoma, numa forma mais teórica, as proposições desenvolvidas em trabalhos precedentes, ao mesmo tempo em que acrescenta os elementos de uma biografia “teórica” que permite compreender o reconhecimento tardio (*slow recognition*) da sociologia interacionista inspirada no

pragmatismo. Poder-se-ia dizer que se trata da primeira obra verdadeiramente “teórica” do autor, que a publicou chegando aos 80 anos, na medida em que ele avança pela primeira vez sem máscara no terreno da “teoria da ação”. É que a produção teórica é geralmente associada a um certo tipo de conceitualização, aquela que parte de um corpus doutrinário (é o caso particular da teoria de Parsons) e não das formas sucessivas de problematização “tiradas da pesquisa de campo” (é a tradução que propus para *grounded theory*).

“Na minha concepção de ciência, escreve Strauss, as teorias surgem a partir do estudo dos eventos. Elas variam em seus objetivos e em seu grau de abstração. São provisórias, incompletas e precisam ser verificadas e qualificadas. Têm uma utilidade potencial enquanto duram, mas uma vez assegurada sua contribuição para a ciência, elas desaparecem ou são integradas em novas teorias” (Strauss, 1993, p. 1). Em vão portanto procuraríamos nos trabalhos de Strauss uma teoria geral da ação (seria aliás mais adequado dizer: uma teoria da interação), mas uma série de elaborações provisórias tiradas da postura de pesquisa. Nas primeiras páginas de seu último livro, sente-se muito bem esta reticência em produzir uma “teoria” (no sentido em que a encontramos em Parsons, ou, sob uma forma sem dúvida voluntariamente exagerada, na primeira parte da *Reprodução* de Bourdieu e Passeron): esta hesitação é precisamente indissociável do modo de conceitualização interacionista. Há pois um paradoxo, e sem dúvida algum perigo em “dessubstantivar” a *substantive theory* de Strauss para fazer dela um corpo doutrinário separado de suas condições de produção. É sobretudo a insistência de seus amigos europeus que o levou a dar uma forma final à sua conceitualização. A grande teoria, parece nos sugerir Strauss, não é trabalho do sociólogo: não contem comigo para me fazer de filósofo<sup>5</sup>. A atenção às condições locais da produção dos dados constitui o ponto de partida único da construção teórica. O estatuto da teoria que está implicado nesse procedimento é evidentemente o único que uma ciência social deveria aceitar, qualquer que seja aliás o estatuto epistemológico que lhe é conferido. O que deveria nos espantar é o fato de que, sob diversas formas, o teoreticismo continue a exercer um papel dominante em sociologia, até mesmo entre os que se deram como ofício atacá-lo.

Se Anselm Strauss retoma em boa parte as principais tomadas de posição teóricas da sociologia interacionista, ele traz um certo número de contribuições e de clarificações que esclarecem na minha opinião de uma maneira nova a questão da relação entre a biografia e a ação. A primeira destas noções é a de trajetória. Não se trata da trajetória das sociologias deterministas, que é fixada uma vez por todas e que faz com que o agente não se desvie de seu caminho. A noção de trajetória é aqui tomada em dois sentidos:

1- o curso de todo fenômeno do qual se pode ter experiência enquanto ele evolui através do tempo (isto se aplica a uma revolução social

<sup>5</sup> “Devo admitir que nunca tive um programa de pesquisa a longo prazo, e que por isto não tenho a intenção de estender ou aprofundar o esquema teórico da ação desenvolvido por Dewey e Mead enquanto tal. Se por acaso tivesse pensado nisto, parecer-me-ia que se tratasse de um trabalho de filósofo, e não de sociólogo” (Strauss, 1993, p. 9).

tanto quanto a uma doença crônica).

2- as ações e as interações que contribuem para uma evolução do fenômeno considerado. Os fenômenos recebem em parte sua forma das interações entre os atores concernidos.

A segunda noção é a de biografia. Esta é definida como a identidade de um ator através do tempo. A noção de trajetória biográfica permite integrar a dimensão corporal na definição do ator. A terceira noção remete à estrutura temporal da ação: as condições de interação variam no decorrer do tempo. A teoria da ação assim constituída tem como objetivo não centrar a análise apenas sobre os aspectos mais racionais da ação, mas também sobre seus componentes simbólicos ou emocionais. O ator é aqui um ator corporal cuja ação é orientada através de uma floresta de símbolos.

Atribuindo um lugar central à estrutura temporal da interação e à manutenção da unidade biográfica através do tempo, Anselm Strauss trata de um problema amplamente debatido na sociologia interacionista, mas que a sociologia do ator racional tanto quanto a do hábito podem ignorar, já que elas pressupõem a existência de um agente social por definição idêntico a si mesmo (idêntico à sua linha estratégica ou aos seus condicionamentos). Esta preocupação faz hoje em dia um retorno surpreendente: o da complexidade da identidade biográfica, que não se reduz nunca à coerência de um sistema de preferências ou à constância através do tempo do poder coercitivo de um sistema de socialização. Para as necessidades de suas construções teóricas, os sociólogos privilegiaram a estabilidade de um agente: a constituição de um corpus de dados suscetíveis de serem objeto de um tratamento, e a este preço. A ciência social não começa com a constatação das regularidades? Se se quer distinguir frequências ou intensidades de práticas sociais, é preciso que estas sejam simplificadas e homogeneizadas. Em outras palavras, para tratar de maneira sociológica as diferenças, deve-se em primeiro lugar expulsar todas as diferenças que podem alojar-se no interior de uma prática. Por comodidade, tomarei o exemplo das práticas culturais, sobre as quais foram desenvolvidas muitas pesquisas na França: as constatações que elas produzem são de notável estabilidade através do tempo. Quaisquer que sejam as políticas postas em ação, a paisagem do consumo cultural permanece mais ou menos idêntica através do tempo: a frequência ao teatro ou à ópera fica reservada a uma minoria social. Para quem só dispusesse desse indicador, prevaleceria a impressão de uma França imutável. A consideração de novas formas de consumo cultural tanto quanto da transformação do questionário podem, ao contrário, dar lugar a constatações muito diferentes: assim, 39 % dos franceses afirmam na última pesquisa nacional que assistiram a um espetáculo de rua. Como esta questão não fora colocada antes (pois este tipo de oferta não era considerado como cultural e não tinha verdadeiramente existência social), não se pode concluir pela emergência de uma nova categoria de lazer cultural, se bem que se possa fazê-lo sob certas condições (é também uma novidade na paisagem, que suscitou a conversão de um certo número de profissionais da cultura e que

fez nascer toda uma ideologia da queda de barreiras: é no teatro de rua que uma boa parte da utopia da democratização cultural recebeu um reinvestimento). Mas pode-se pensar também que as respostas à questão sobre o teatro de rua incluem a parada de pessoas simples diante dos comedores de fogo e outros arlequins. Este tipo de pesquisa supõe:

1- que todas as pesquisas entendem a mesma coisa sobre os itens propostos (e que tais objetos tenham tido sempre sensivelmente o mesmo significado no mundo social).

2- que suas preferências tenham:

a- uma grande estabilidade no decorrer do tempo (isto implica ao mesmo tempo uma extrema constância dos gostos mas também em alguma coisa como um sistema mais ou menos estabilizado de oferta de objetos).

b- uma forte coerência interna (não se pode amar conjuntamente Pierre Boulez e Dario Moreno: uma tal decisão privilegia com evidência alguns perfis que poderiam ser chamados de “legitimistas” ou “racionalizadores”).

c- uma relação constante com uma ordem simbólica que constitui um princípio de hierarquização dos objetos e que fornece um sistema de interpretação unívoco de suas preferências culturais.

Ora, a experiência prova, quando nos entregamos a uma rápida introspecção ou a uma simples conversa entre amigos, que nossas vidas não são tão uniformes em relação ao consumo cultural quanto o exigem os dispositivos de pesquisa usualmente convocados. Na ocasião da recente apresentação ao Centre Pompidou dos primeiros resultados da pesquisa sobre as práticas culturais dos franceses, um ouvinte perguntava: “há vinte anos que não vou ao teatro. Raramente vou ver exposições. Devo me considerar como um homem culto?”. É claro que este tipo de pesquisa o classificaria como um não praticante (e portanto como um excluído da cultura). Acontece que este homem, em sua juventude, fez várias saídas culturais, das quais guardou uma lembrança viva, e que ficaria muito contrariado de fosse tratado como inculto. Ele mesmo oporia sua biografia às constatações da pesquisa. Se esta maneira de interrogar as práticas permite, pelo corte em faixas de idade por ela instaurado, definir perfis geracionais, de outro lado ela se proíbe de tratar:

1- da evolução dos gostos individuais através do tempo (fenômeno incontestável, se bem que seja absurdo negar ao mesmo tempo os fatores sociais do gosto e a fidelidade consigo mesmo que faz com que se continue a gostar das canções da juventude, mesmo se estas já não são julgadas tão boas).

2- das intermitências do espectador no próprio interior de sua carreira (até mesmo de suas ambivalências: tudo se passa como se as escolhas fossem sem equívoco e sempre referidas a um princípio de seleção idêntico).

3- da singularidade dos contextos de interação nos quais as práticas se desenvolvem (e cuja ausência pode levar ao declínio ou ao desaparecimento).

4- da “sinceridade” das declarações (esta deve ser remetida a um

outro contexto de interação, aquele que a pesquisa instaura: pode-se igualmente supor que as táticas de blefe cultural variam através do tempo e das conjunturas, e que destacá-los seria sem dúvida um dos mais importantes princípios de variação entre as respostas).

Tomemos um exemplo célebre dentre todos, o de Roland Barthes: uma curta referência à sua biografia permitirá esclarecer alguns elementos que nunca aparecem nas pesquisas sobre as práticas culturais. Sabe-se que as elaborações teóricas do autor do *Grau zero da escritura* devem muito à sua descoberta do teatro (particularmente a obra de Brecht) e à sua prática intensa de espectador. Na idade madura, Barthes começou a se entediar com o teatro. Ao final de sua vida, não colocava mais lá os pés. Não é simples encontrar uma explicação para este desgosto com o teatro: mera overdose, ruptura com o passado teoreticista e retorno ao prazer do texto (o qual importaria um distanciamento do ascetismo pós-brechtiano), ou simplesmente efeito da mudança na oferta (que, sem dúvida, conforme as injunções teóricas do jovem Barthes em pessoa, rompeu ostensivamente com toda exigência de gratificação do espectador)? A resposta aqui importa pouco, e sem dúvida ela é compósita. O que se deve notar é que esse tipo de carreira de espectador ainda não tem significado para o sociólogo da cultura. No curso de uma pesquisa recente sobre o Festival de Avignon (cf. Ethis, Fabiani & Pedler, 1999), defrontamo-nos com uma espécie de contradição: à pesquisa quantitativa, que confirma e conforta o saber constituído a respeito das práticas culturais, opõem-se retratos de espectadores que foram quase todos escolhidos no interior de exceções estatísticas. Fomos atraídos, sem estarmos verdadeiramente conscientes disso, por espectadores excepcionais: autodidatas, intermitentes, rebeldes em relação a qualquer boa vontade cultural. Decorre daí uma distância entre os dois modos de coleta de informação. Essa situação raramente está presente no interior de uma mesma pesquisa. Longe de ser ocultada, esta contradição é objeto da análise em curso. Como integrar, numa teoria da estratificação cultural, o indivíduo seguinte: operador numa companhia de petróleo, que não distingue entre os espetáculos de Alcazar e os do Festival de Avignon? Esse amador de emoções fortes não estabelece hierarquia entre os gêneros. Ele vibrou tanto na ópera quanto no café-concerto. Guarda uma lembrança viva de Callas tanto quanto dos últimos momentos do mítico Alcazar de Marselha. Jacques vem a Avignon todos os anos desde 1953. Nos primeiros anos, tirava suas férias e alugava um apartamento na cidade. No último ano, só viu alguns espetáculos. “Fiquei um pouco clássico, como os de minha geração. Avignon não tem mais o mesmo estilo. Meu mestre é Jean Vilar, meu deus é Gérard Philipe”. É inútil dizer que a idade de ouro não existe mais: os diretores, hoje em dia, diz ele, têm dificuldade para captar o lugar de honra, este monstro. Não é por isso que ele vem espiar os fantasmas do passado ou se comprazer na nostalgia. Mesmo quando se entedia de verdade, Jacques respeita por demais o trabalho teatral para sair ou vaiar. Ele engole uma “có-

lera negra” quando um diretor lhe impõe suas audácias derrisórias ou quando Bernard Faivre d’Arcier multiplica os beija-mão na entrada (Vilar, na sua opinião, nunca faria isso)(cf. Fabiani, 1996). Jacques é exatamente o inverso de Roland Barthes. Ele nunca desenvolveu uma teoria do teatro: não faz diferença entre a *music hall* e a utopia vilariana. Contudo, nunca abandonou uma prática de espectador que se tornou majoritariamente provação e tédio. Que quadro sociológico pode ser utilizado para interpretar a trajetória desse espectador?

Podemos fazer observações análogas a propósito de uma outra espectadora que a sociologia das práticas culturais teria alguma dificuldade em enquadrar numa categoria: Anne-Marie, que vive bem perto de Avignon, descobriu o festival em 1950, quando tinha 13 anos. Reservada, não se deixa levar pela grandiloquência: evoca contudo com emoção o “aspecto grandioso” e a “pavonice” das primeiras montagens que viu. Permaneceu fiel ao festival, não sem algumas intermitências: chegou mesmo a “desligar-se um pouco” no início dos anos 70. “Todos esses hippies, era verdadeiramente desagradável. A gente se sentia agredido”. Hoje, “tudo voltou a ser simpático” e a programação a agrada: o aspecto eclético da oferta lhe permite fazer escolhas, “lançar-se” segundo sua vontade nas coisas que não conhece.

É que ela não concebe a atividade do espectador sem o risco, o salto no desconhecido, que é o que lhe dá todo o sabor. Sabe que a possibilidade da decepção sempre faz parte do jogo. Quando vivia em Marseille, tinha abandonado sua assinatura para a Criée de Marechal por cansaço em relação aos encontros por demais convencionais, para trocá-la por outra para Gyptis, “por causa da originalidade da pesquisa”. O mais das vezes vai ao teatro sozinha e não se preocupa com o julgamento da crítica (se bem que ela seja uma fã fiel da France-Inter e de Jena-Marc Striker). O teatro está para ela o mais longe possível de toda forma de sociabilidade mundana, de toda estratégia de distinção: ela não fala dele com desenvoltura. Não possui um conhecimento letrado sobre ele. Esquece o título ou o nome do autor do espetáculo que contudo a impressionaram (“durava a noite inteira”, “Miterrand e Lang estavam lá, e creio que era Tchekov”). Sem dúvida, ela guarda para si o mais importante. Nem por isto deixa de ter julgamentos decididos e argumentados: *Eduardo II* a decepcionou sobretudo por causa da rainha, “realmente atroz”. Nesse ano, ela reservou um lugar para ver a *Tragédia do rei Cristóvão*, porque descobriu Césaire no Chêne Noir, um teatro alternativo de Avignon, para o qual possui uma assinatura (cf. Fabiani, 1996b). As pesquisas sobre as práticas culturais impõem uma definição simplificada da relação com o teatro, a frequência das práticas é correlata a um hábito de classe, a prática é estável. Não há nada disso aqui: uma prática intermitente, uma indiferença evidente em relação aos critérios da consumação distinta, uma boa vontade cultural centrada na experimentação pessoal. Se Anne-Marie designasse um perfil cultural, nunca apareceria nas estatísticas.

É que os sociólogos da cultura, porque se apressam em encon-

trar um sentido simbólico para a prática dos indivíduos, esquecem-se de que a intensidade do investimento no teatro é sobretudo uma coisa de profissionais. Os públicos, mesmo quando são assíduos, caracterizam-se antes pela fraqueza de seus laços. Em sua maioria, como observa Paul Veyne na entrevista dada a Catherine Darbo-Peschanski, o consumo de obras de arte suscita apenas emoções de fraca intensidade: “Lembro-me de uma emoção da adolescência, que nunca consegui esclarecer. Eu tinha dezenove anos e, pela primeira vez na vida, fui ouvir um concerto na Sala Gaveau. Lá fiquei enormemente espantado quando vi, de um lado, a grande organização objetiva da instituição cultural e econômica dos concertos, a orquestra, a música erudita tocada nesse lugar, o conjunto dos hábitos do público que vinha a uma certa hora, assentava-se, ouvia segundo todo um cerimonial, e, de outro, no próprio coração e no espírito dos ouvintes, o prazer moderado que é dado pela audição de uma obra de arte, interrompido talvez por momentos de tédio, talvez raramente por movimentos de entusiasmo ou de devaneios. Mas, enfim, nada que não fosse muito fraco. A distância entre as instituições fundadas sobre valores, no caso os da música, e os ganhos interiores era de tal modo espantosa que me perguntei o que significava o palavrório dos valores” (Veyne, 1995, p. 182-183). Em geral, os trabalhos sociológicos ficam num impasse a respeito da fraqueza das emoções estéticas que é dominante nas instituições culturais: eles não colocam a questão sobre o que fazem os espectadores ou visitantes. Consideram como homogênea e constante a relação com as obras: os pesquisadores nunca viram ninguém cair desmaiado diante de uma obra prima<sup>6</sup>, o que não os impede de glosar sobre as funções simbólicas da estratificação dos consumos culturais. Por causa disso a vida do espectador é simplesmente negligenciada, na medida em que ela não poderia ilustrar convenientemente teorias sociológicas.

As observações precedentes não têm outra ambição senão a de mostrar que as trajetórias individuais, por pouco que nos interessemos efetivamente por aquilo que o espectador fabrica, como teria dito Michel de Certeau, vêm questionar os modos habituais de categorização da prática. O espectador do teatro ou de concerto não é sempre idêntico a si mesmo, e esta constatação é válida mesmo nos limites de uma representação singular.

A idéia segundo a qual somos feitos de peças e pedaços desconjuntados certamente não é uma novidade na história do pensamento, mesmo que ela tenha exercido até o presente um papel absolutamente secundário nas ciências sociais. Ela constitui um dos recursos argumentativos do livro II dos *Ensaio*s de Montaigne. Ela está igualmente no princípio das estratégias narrativas de uma boa parte da literatura moderna. O exergo de Montaigne que Claude Simon deu ao seu último romance, *Le jardin des plantes* (Simon, 1997) é significativo: “Ninguém faz desígnio certo de sua vida, e só deliberamos sobre ela em parcelas (...). Somos todos pedaços, de uma contextura tão informe e tão diversa, que cada peça, cada momento faz o seu papel”. Os sociólogos não ignoram mais o caráter múltiplo do indivíduo e frequentemente atribuem o caráter compósito de sua identidade à estrutura das sociedades moder-

<sup>6</sup> Deve-se fazer uma exceção para a pesquisa, infelizmente pouco conhecida, de Paseron & Pedler (1991) obra que documenta uma visão menos encantada do que de ordinário sobre a relação com as obras.

nas, que impõem que vivamos de vários modos e que atravessemos cenas sociais heterogêneas. Esse ponto de vista tornou-se até mesmo um lugar comum. Anselm Strauss o evoca para justificar sua proposição teórica nestes termos: “Nas sociedades contemporâneas as atividades e as interações que têm lugar no interior dos mundos (e dos submundos) sociais dão forma em profundidade às perspectivas de seus membros. Mas somente uma minoria pertence apenas a um ou dois mundos. Temos todas as chances de pertencer a vários dentre eles no curso da existência tanto quanto num momento dado de nossa vida.

As pertenças múltiplas no interior desses mundos sociais, que podem ser muito heterogêneos, se encavalarem ou, ao contrário, serem consoantes, conduzem a perspectivas complexas que condicionam por sua vez o engajamento e a ação. Essas pertenças não são necessariamente visíveis para os outros membros, quer sejam deliberadamente escondidas, quer não apareçam (cf. Strauss, 1993, p. 41). A lógica das pertenças múltiplas constitui o próprio princípio da identidade do indivíduo, pelo fato de que seu trajeto biográfico consiste no essencial em juntar esses diferentes mundos ou essas diferentes cenas. Os lugares de interação assim nunca aparecem como lugares de confrontação de duas (ou várias) unidades estratégicas ou de duas (ou várias) unidades de condicionamento homogêneo. Os que interagem nunca mobilizam senão uma parte de si mesmos sobre uma cena social determinada. O desconhecimento das outras partes ou “pedaços”, para falar como Montaigne, está no princípio de ambivalência das avaliações recíprocas e da incerteza das antecipações, sem que haja necessidade de se dar uma teoria da duplicidade ou do segredo para dar conta do curso das interações.

A cena da interação não é concebida como uma arena onde seriam confrontadas unidades entendidas sob a forma de agenciamentos disposicionais e caracterizados por um estoque de recursos diversamente mobilizáveis. A noção de arena permite definir melhor do que a noção de campo um espaço de jogo em que os lances são realizados em função de sistemas de disposição e de capacidades de mobilização de recursos que podem ser afetados pelo ambiente interacional: num campo entendido como lugar de encontro de hábitos, todos os lances são de certo modo feitos de antemão. O jogo não é senão ilusão do jogo, e as numerosas metáforas que concernem os sentidos do jogo ou o sentido (pré-reflexivo) da ação no jogo ignoram essa evidência (pelo menos para o consumidor médio de espetáculos esportivos): os melhores jogadores podem ficar um dia “sem” fazer contra-performances ou se colocarem mal. O resultado da partida nunca é conhecido de antemão, mesmo se o estado das forças sobre o papel tiver um valor incontestável de predição. A incerteza do resultado está no próprio princípio do jogo, enquanto as teorias do hábito anulam o espaço próprio do jogo, independentemente do fato de que elas podem solicitar fortemente esse registro metafórico. Sendo assim, para um interacionista, o ganho de um uso analógico da noção de arena seria fraco, na medida em que ela não permite pensar completamente o aspec-

to processual da coordenação interindividual, o qual é, enquanto tal, produtor de configurações: o quadro configuracional não preexiste à interação, ele é, ao contrário, o produto do processo interacional. Esse tema constitui o fio condutor das conceitualizações interacionistas no sentido amplo, de Blumer a Garfinkel. Não é necessário ao sociólogo fazer entrar na análise um padrão identitário individual que preexistiria a esse processo “configurante”. Todo comportamento supõe uma dimensão reflexiva, toda antecipação do comportamento de outro implica num retorno sobre si<sup>7</sup>. A identidade do ator tal como ela se desdobra no curso do tempo é o resultado desse processo de coordenação e de negociação, processo que não exclui de modo algum em seu princípio as situações de dominação ou de conflito, como uma visão tolamente irenista da noção de coordenação às vezes leva a pensar. Os conflitos mais violentos podem ser pensados por meio desse quadro processual: a interação pode ser também discordante. O interacionismo supõe ao mesmo tempo uma distância de si da parte do sujeito (essa aparece como uma condição da antecipação e da negociação com outro) e o caráter movediço, nunca estabilizado, dos “quadros” que correspondem aos processos configurantes.

Foi sem dúvida Goffman, embora ele não seja verdadeiramente filiado ao interacionismo, que forneceu a estas duas condições as formulações mais convincentes. Primeira condição: a distância de si da parte do sujeito, que o autor de *Encounters* (cf. Goffman, 1961) exprime através da noção de *role distance*. Esta constitui um dos questionamentos mais destrutivos da definição simplificadora da identidade proposta pelo estruturo-funcionalismo. A noção de papel foi definida por Ralph Linton, em *De l'homme*, em 1936, no capítulo VIII, “Estatuto e papel”, e formalizada por Robert K. Merton em seu texto sobre “Grupo de referência e estrutura social” (*Elementos de teoria e de método sociológico*, cap. VIII). O estatuto é a posição num sistema, ou mais simplesmente numa rede de posições. As diferentes posições estão em relação sob a forma de laços recíprocos, de uma hierarquia estatutária, de um sistema de direitos e deveres. A posição do indivíduo no sistema social é definida por um código comportamental que responde às expectativas e às exigências normativas de uma posição. O indivíduo “interpreta”, em função de sua posição na estrutura social, um papel que é, no essencial, constituído pelas expectativas sociais que correspondem a essa posição. A teoria dos papéis é inseparável de uma problemática da socialização: é porque os indivíduos interiorizaram papéis que eles podem “representá-los”. Além disso, essa teoria, assim como o conjunto da proposição teórica estruturo-funcionalista, exprime um ponto de vista geral sobre as “profissões”: as qualificações profissionais são expressas por símbolos ou por indícios que permitem reconhecer de imediato os papéis. O “eu” é alguma coisa como um *ready-made* que se objetiva quando se entra numa dada posição. A teoria ortodoxa dos papéis é fundada na ligação e no engajamento dos indivíduos face ao seu papel. A interrogação de Goffman se refere à indefectibilidade dessa ligação. Não se está diante de uma ilusão de profissionais, para os quais a ligação com um

<sup>7</sup> Menger (1992) mostrou bem a base fenomenológica da conceitualização interacionista no que concerne à dimensão temporal da constituição da identidade de si.

papel seja grande. Se levamos a sério a metáfora do papel, devemos constatar que muitos indivíduos interpretam o seu com desapego, vergonha ou ressentimento. Além disso, a questão é a de saber como o indivíduo gera a multiplicidade de si engendrada pela própria organização da sociedade. O indivíduo é comparável a uma sociedade *holding*: ele é uma justaposição de papéis não conectados entre si. O conflito de papéis é uma séria ameaça para a conceitualização integrada da ordem social. Goffman aponta todas as dificuldades da noção tradicional de papel, insistindo sobre as ambiguidades da categoria “direitos e deveres”. O universo funcionalista define um espaço de normatividade fictício: as obrigações e expectativas podem ser ou não desejadas; a obrigação pode designar uma classe de ações, a escolha permanecendo aberta no interior dessa classe (o homem de negócios é obrigado a usar um terno, mas pode escolher aquele que quiser em seu guarda-roupa); há obrigações que podem ser dispensadas. De fato, mesmo seus autores não crêem totalmente na eficácia desse gênero de definição.

Goffman vai fazer do par normativo obrigações/expectativas um aspecto dentre outros da construção social da imagem de si. A posição (estatuto) do indivíduo não é mais definida unicamente em termos de estrutura, mas depende da definição que o indivíduo tem da situação: mesmo nas organizações muito fortemente estruturadas através de um quadro espacial unitário e uniformemente coercitivo, as propriedades “sistêmicas” e funcionais não devem ser tomadas como evidentes. Quando se passa para contextos de ação menos explicitamente estruturados, os “quadros de referência” são ainda menos visíveis. Poder-se-ia dizer que há uma espécie de ilusão sistêmica do contexto, do quadro organizacional da ação: toma-se um arranjo pouco estável como se fosse um sistema. A desestabilização da noção de papel é indissociável da fragilização da noção de quadro. Para abalar os fundamentos hipernormativos da noção de papel, Goffman se contenta em levá-la a sério: os indivíduos fazem seu papel enquanto dura a representação e sentem-se obrigados a controlar sua expressão e evitar o relaxamento. Eles podem representar mal, ou representar exageradamente. Sua atuação pode ser percebida de viés (tal como a imagem de um interno negro que é tomado por um auxiliar de enfermeiro). Podem sempre simular (o caso limite é representado pelos grandes impostores, que representam melhor do que os “verdadeiros” profissionais, porque representam realmente como verdadeiros atores). O papel e o olhar do outro são conectados: pode-se fazer uma pausa quando se sai do quadro da representação. O cirurgião (papel esplêndido, como o capitão do navio ou o comandante do avião, na cena goffmaniana) pode curar seu nariz fora do campo quando se afasta do teatro das operações. Além disso, certos cirurgiões trabalham mais do que outros: alguns absolutamente não poderiam mesmo trabalhar em *Urgências*.

Uma interação é uma troca de informações. Essas informações não são necessariamente dadas voluntariamente. Os participantes tiram conclusões desses fatores de indícios: elas não se resumem sempre a mensagens

que podem ser enviadas pelos interlocutores, de onde vem a importância das explicações, das desculpas e das brincadeiras. A imagem do carrossel de cavalos de pau permite a Goffman conceitualizar a capacidade de se retirar da definição social prescrita, ou pelo menos introduzir o jogo em seu interior. Aos cinco anos, as crianças não se contentam mais em ser cavaleiros: ficam de pé sobre a cela ou puxam o cavalo pela orelha. Elas manifestam que podem fazer mais do que montar no cavaleiro do carrossel. A criança se retira da definição préformada da situação. Haverá doravante um espaço entre o indivíduo e o papel; é a distância do papel que evita que se seja engolido pela interpretação ou na identificação. A criança é capaz de construir ficções (fazer de conta que o cavalo do carrossel é um cavalo verdadeiro). A noção de *role distance* implica que só se pode entrar numa situação com a condição de poder sair dela. Se bem que se apóie sobre a produção de micro-ficções, a distância em relação ao papel é um meio para conservar a realidade das situações sociais e de manter em bom estado contextos de interação particularmente frágeis, como mostra o exemplo do cirurgião chefe, que manda seu assistente abrir o seu dedo e diz: “se eu tiver sífilis, saberei de onde vem”. O indivíduo que só exerce os direitos ligados à sua posição reserva para si a possibilidade de se retirar numa situação difícil. Assim, a noção de distância do papel é uma crítica dos excessos da sociologia normativa e da ideologia da profissionalização que lhe é correlativa: nos livros de Goffman, os cirurgiões dragam, utilizam seus instrumentos de modo enviesado como nos filmes de televisão. Mas pode-se dizer também que a “distância” permite salvar a situação de “papel” (que alguém como Pierre Bourdieu considerará como um exemplo perfeito de falso conceito científico), tal como nas interações que são o objeto da análise.

Os primeiros trabalhos antropológicos de Goffman englobavam pois uma desconstrução da noção funcionalista de “quadro de referência”. Mas é na obra *Frame analysis* (Goffman, 1974), que é explorada a instabilidade constitutiva dos quadros da experiência em relação às flutuações do eu em função das situações. Já se observou com justeza que o recurso generalizado à noção de quadro se constituía num uso do modelo dramático (cf. Joseph, 1998) o qual tende a privilegiar algo como a boa forma. No prolongamento da filosofia de William James, deve-se insistir na multiplicidade dos engajamentos do indivíduo em função dos contextos da interação e, portanto, na vulnerabilidade dos quadros da experiência entendidos como dispositivos cognitivos e práticos que permitem “a organização da experiência” conforme o programa designado sob o título de *Frame analysis*. Goffman prolonga, a propósito da análise das vulnerabilidades e dos recursos específicos que caracterizam os quadros da experiência, as análises desenvolvidas nos *Encounters*: “o eu não é uma entidade meio dissimulada por trás dos acontecimentos, mas uma fórmula passível de revisão que permite que o indivíduo possa gerir seu comportamento no curso desses acontecimentos” (Goffman, 1974, p. 573). A maneira pela qual o papel é interpretado no contexto de uma

interação particular permite exprimir uma identidade pessoal, ou seja, uma unidade mais estável e mais ampla do que aquela que corresponde a uma interpretação *hic et nunc* num quadro singular e fugaz. Mas para Goffman o quadro participativo nunca deve ser considerado como suporte de uma revelação de uma personalidade permanente subjacente a “papéis” passageiros. A relação que se instaura entre a pessoa e o papel é, com efeito, muito variável e depende inteiramente do sistema de interação que organiza o quadro considerado de experiência. É isto que conduz a reconsiderar a questão da identidade pessoal cujos diferentes papéis constituiriam manifestações mais ou menos claras. Estamos aqui no rumo da filosofia pragmatista para a qual, como observa William James, “cada um tem tantas personalidades diferentes quanto existirem grupos sociais distintos cuja opinião conta para ele”. Não se deve ver nesta recomposição da identidade biográfica uma dissolução pura e simples do eu numa pulverização de identidades, como parece crer Bernard Lahire (1996) : trata-se antes do abandono do par papel/personagem em proveito da relação posição/situação, como observa Isaac Joseph (1998, p.69). A análise goffmaniana da organização social da experiência permite pensar a novos custos a velha questão da unidade e da pluralidade do ator. Não se trata tanto de constatar o caráter irredutivelmente plural do homem moderno (pode-se realmente ver aí uma descoberta) mas de saber o que é que se tira como consequência para os dispositivos de pesquisa da análise convincente dos reajustes permanentes da qualificação social que os indivíduos apresentam numa interação ou da maneira pela qual eles qualificam socialmente os outros participantes. A questão da unidade do ator (ou do agente) está evidentemente no centro do debate sobre as lógicas da ação. Deve-se concluir, a partir da pluralidade dos mundos sociais, ou da constatação da existência de um *multiple self* (pluralidade dos eus, das identidades, das relações com o mundo, dos papéis, ou da problemática da “distância do papel”) que já é tempo de renunciar a uma conceitualização unificante do ator? Sem dúvida nenhuma. Em proveito de um “ator plural”, no cruzamento de múltiplas lógicas de ação? Como levar em conta as constatações que se referem à qualificação social permanente da individualidade tal como ela é apreendida na interação se quisermos simultaneamente manter o indivíduo em seu estatuto de unidade permanente de análise, como o fazem as análises sociológicas clássicas, quaisquer que sejam os instrumentos que utilizam? Certamente não há resposta única para esta questão: freqüentemente oscilamos hoje entre as falsas certezas eruditas da teoria do hábito e os discursos oriundos do mundo do marketing sobre a labilidade e as transformações permanentes dos esquemas comportamentais, tais como são apreendidos através dos modos de consumo. Dois exemplos emprestados a registros diferentes permitirão alimentar a reflexão.

Levando em conta o tema da multiplicidade dos eus que encontramos ao mesmo tempo na sociologia interacionista e entre os teóricos dos paradoxos da racionalidade, Pierre-Michel Menger, num trabalho recente sobre a profissão do ator (cf. Menger, 1998), propõe que se utilize a noção

muito interessante de redução de si, para explicar a constituição de um tipo de identidade profissional para dizer a verdade bem particular, mas que tende a se tornar um modelo num mundo econômico que privilegia a flexibilidade e a disponibilidade imediata. A que tipo de ator social remete o comediante contemporâneo? P. M. Menger começa descrevendo uma propriedade geral da interdependência estratégica que caracteriza os contextos de interação. Esta obriga o indivíduo a se reduzir: “encontrando o outro, o indivíduo deve ser outro para si mesmo, em sua reflexividade, para se representar as ações de outro. O *common knowledge* só pode ser fundado assim” (Menger, 1997, p. 604). A interação é entendida aqui como uma auto-interação: o eu fala consigo mesmo, se justifica, delibera em favor da posse reflexiva de si mesmo que a temporalização permite. O trabalho do ator constitui uma ilustração desta forma de “introspecção paradoxal” que está no princípio da redução de si: “ao se reduzir nos outros que ele incarna fisicamente, ele vai ao encontro do que ele é, numa prova de verdade que o faz passar por tantas portas em direção ao interior de si mesmo quanto mais forem suas experiências de ação reveladoras. O que certos teóricos das ciências sociais designaram como o eu múltiplo é aqui a própria experiência do trabalho do ator: não somente em sua dimensão de redução extensiva - “escorregar para dentro da pele dos personagens” - mas também na dimensão da redução intensiva - deixar as situações de ação se refratarem nos diferentes eus contidos em cada um, na medida em que a ação, a incarnação dos personagens, permitem manifestar estes eus, desenvolvê-los e solicitá-los” (Menger, 1998, p. 368). Poderemos notar que a redução não é uma experiência de dispersão ou de quebra, mas que contribui para o aprofundamento de si: se a redução é descrita num léxico que dá a maior importância à manifestação de uma interioridade escondida que só pede para ser revelada pelas ocasiões da ação, e que conseqüentemente se enquadra mal na dinâmica processual antes evocada (mas é preciso reconhecer que o sociólogo é aqui tributário das próprias formas da justificação profissional que os comediantes exprimem), ela tem como mérito dar conta do fato de que a construção do eu não é outra coisa senão o produto das interações com o outro no contexto de uma atividade não rotineira.

A discussão sobre a multiplicidade das identidades pode igualmente encontrar um ponto de apoio privilegiado se tomamos como objeto as formas da relação prática com a natureza. Até esse ponto da análise, foi privilegiada uma reflexão sobre o processo de interação: mas é interessante examinar a questão do ator e do sujeito interrogando a categoria da prática. Com efeito, a problemática dos modelos de ação é indissociável da determinação do objeto a ser observado (e da relação entre o domínio das ações observáveis e a base teórica que condiciona sua observação). Nunca observamos hábitos nem mesmo estratégias em estado puro, só observamos ações ou comportamentos (embora a observação direta seja rara em sociologia e estatisticamente a coleção de declarações sobre as práticas seja muito mais freqüente). A questão da incorporação (de esquemas comportamentais assim como de valores)

nunca é objeto de observações empíricas: há aí um clássico exemplo de caixa preta. Além disso, a questão da unidade do ator é fortemente tributária da teoria da ação que se utiliza para descrever os comportamentos. Enquanto as “práticas quotidianas do ambiente” constituem um conjunto heterodoxo de relações com os recursos naturais (dentre as quais algumas nem são pensadas como tais), elas constituem um misto de reativações de uma relação primitiva com o mundo social (e portanto com o mundo natural ou com a divisão sociedade/natureza que é constitutiva dessa relação) e de atitudes verdadeiramente estratégicas que supõem calcular, projetar-se no futuro, antecipar (a emergência de uma consciência ecológica tende a fazer de cada cidadão um ator racional na vida cotidiana). É também um universo no qual aparecem continuamente novas regras, onde coexistem dispositivos jurídicos e injunções morais, comportamentos tradicionais e racionais-legais. Os atores podem ter relações muito diferenciadas (e possivelmente contraditórias) com as formas muito diversificadas daquilo que consideramos, como eruditos ou como políticos, sob a forma de um objeto estabilizado e coerente: pode-se por exemplo ser muito sensível ao sofrimento dos animais e indiferente ao desperdício dos recursos de água potável. Disso se conclui rapidamente a incoerência do indivíduo nas sociedades contemporâneas, na medida em que ele é caracterizado ao mesmo tempo por um cuidado exacerbado com o conforto pessoal (manifestado pela intolerância crescente para com a poluição urbana) e pela indiferença inabalável em relação às consequências de sua própria ação sobre a natureza. A aparente incoerência exprime a superposição de vários mundos dos quais cada um encerra um modo diferente de articulação dos recursos naturais e de organização social (cf. Fabiani, 1998). Mas pode-se igualmente considerar a questão dos efeitos da difusão dos saberes ecológicos sobre as práticas, os desvios mais ou menos tematizados pelos próprios agentes (sob a forma de “trabalho ideológico”, segundo a noção proposta por Bennet Berger, 1981) entre opiniões ou visões do mundo de um lado e práticas de outro, assim como o impacto das expertises contraditórias sobre questões que implicam na responsabilidade dos cidadãos sem lhes fornecer normas comportamentais precisas.

### 3. Vidas narradas, vidas produzidas

Os dois exemplos que precedem remetem a pesquisas sociológicas que recorrem a um questionário e ao tratamento dos dados assim produzidos bem como à observação direta das práticas. Mas não é dessa maneira que os sociólogos apreendem majoritariamente hoje em dia as vidas e partes das vidas. Existem, para os sociólogos, várias maneiras de obter biografias. Ou bem elas podem ser espontaneamente oferecidas, em razão da crescente pulsão social que leva a falar de si, a se fazer de sociólogo de si mesmo, como diz Alain Finkelraut. Ou então é preciso suscitá-las, transcrevê-las e interpretá-las. O método biográfico, ou o dos relatos de vida, é evidentemente

paradigmático desse ponto de vista<sup>8</sup>. Vale a pena nos determos aqui por alguns instantes. A despeito de numerosas críticas que se desenvolveram contra os desvios do método biográfico, este tornou-se atualmente dominante na França e constitui freqüentemente a fina flor das metodologias ditas qualitativas. Quer seja apresentada na forma pura e dura do “relato de vida”, forma da qual Daniel Bertaux se tornou o ardente defensor (cf. Bertaux, 1977 e 1997), quer seja fundada, de maneira mais radical, na entrevista etnográfica (cf. Beaud, 1996), a análise biográfica se baseia na preeminência da situação de entrevista entendida como o lugar de extração da verdade social. Como tal, a entrevista não é mais um instrumento dentre outros no seio de uma mesma gama de instrumentos, mas a via privilegiada (e até mesmo única) de acesso à verdade do sujeito. Existem evidentemente várias definições da posição do pesquisador em relação ao objeto biográfico que a entrevista pode captar: este pode ser um intermediário que se contenta em dar a palavra e de transcrevê-la, ou então aquele que permite que a verdade biográfica surja e mesmo exerça efeitos liberadores (sem dúvida a partir do modelo um pouco enfraquecido da cura psicanalítica). Assim, desenvolveu-se uma verdadeira mitologia da entrevista, de suas técnicas e de seus efeitos, que constitui hoje o modo dominante - talvez se lamente isto - da prática sociológica na França. Deveríamos nos alegrar com a idéia de que a sociologia dita qualitativa tenha doravante seus epistemólogos e seus especialistas em método. Ao final das contas, não estamos no caminho de Glaser e de Strauss, que é o de uma verdadeira democratização da epistemologia e da fabricação conceitual? Não se constata com evidência uma melhora sensível na qualidade dos produtos? Às condições sociais da prática em ciências sociais (principalmente o fato de que a produção de dados seja monopólio de grandes institutos públicos) e à desconfiança hoje bem estabelecida em relação às técnicas ditas quantitativas se acrescentam a demanda do mercado que prefere as partes da vida, de preferência em sofrimento, à objetivação que permite o tratamento de dados (pode-se aqui evocar o pedido recentemente dirigido por um editor a pesquisadores para que publicassem um relatório de pesquisa por questionário referente a mais de 1500 respostas, sem nenhum quadro, porque os leitores são incapazes de lê-los): o recurso à apresentação de uma parte da vida como estilo dominante na sociologia contemporânea está indissolúvelmente ligado à tendência de nossas disciplinas para a extravessão e para o esoterismo. Se certas produções sociológicas tiveram tanto sucesso, é porque o leitor nelas reconhece de imediato os sinais incontestáveis da experiência vivida. O caráter de evidência que apresentam, sob suas diversas formas, as operações de restituição biográfica se originam da associação da prática de campo com o desvelamento de uma verdade, tal como o analisou Jocelyne Dakhlia (1995): “em oposição à verdade dos arquivos, que muito raramente são produzidos para os historiadores e menos ainda para um só historiador, o campo superinveste não somente de legitimidade mas de verdade aquele mesmo que o faz existir como campo”. Existe pois uma verdade imanente à apresentação legítima de um levantamen-

<sup>8</sup> Para uma apresentação crítica deste método, ver Penneff (1990).

to biográfico a partir do campo. É apenas abusivamente que se vê nessa dileção para a apresentação de uma trajetória biográfica a utilização dos princípios de uma sociologia interacionista: esta, em suas inúmeras variantes, nunca se mostra como um empreendimento de restituição da autenticidade vivida em suas dimensões ordinárias, até mesmo infra-ordinárias, já que ela é, ao contrário, majoritariamente construída sobre a produção de conceitualizações que “trabalham” o material biográfico numa lógica de experimentação. Todo o trabalho de Goffman em *Frame analysis* é organizado em torno da confrontação ativa entre pedaços de ficção e levantamentos sobre o curso do mundo. Se consideramos as recomendações metodológicas ligadas a práticas de relatos de vida ou de entrevistas biográficas, constata-se que elas se organizam o mais freqüentemente em torno da necessidade de não perturbar o processo de extração da verdade biográfica. Gostaria de deslocar um pouco a questão, propondo uma leitura interessada, um pouco de viés, e que por isso poderá abalar estratégias de pesquisa propostas pela etnometodologia.

Lembremo-nos de que, no essencial, trata-se de partir da construção de situações experimentais no curso do trabalho sociológico (quer se trate do *breaching* como desarranjo metódico da ordem rotineira ou da constituição de verdadeiros quadros experimentais sobre o modelo da experiência de laboratório). O recurso à experimentação não conduz por isso à definição de um conjunto de técnicas ou de quadros de análise que abririam a via para uma sociologia clínica: as situações experimentais permanecem em geral reservadas para investigações preliminares e para o questionamento de procedimentos estandarizados de coleta de informação. A etnometodologia, como se sabe, não fornece um novo arsenal metodológico, não escreve um capítulo metodológico suplementar na história das ciências sociais, como proclama Garfinkel na abertura de seus *Studies*. Entretanto, como observou Randall Collins (Collins, 1995) pode-se ver aí igualmente “uma ampliação do quadro convencional da experimentação em psicologia social”: grosso modo, a transposição regrada de práticas de laboratório no mundo ordinário. Por isso, a experimentação reporta de início aos procedimentos de observabilidade: a ilusão de um quadro experimental tal como o percebemos em laboratório se dissipa (não se pode produzir artefato ou réplica de uma situação concreta), mesmo que a re-especificação que está no centro da etnometodologia não possa ser reduzida a uma naturalização dos objetos sociológicos *in situ*, já que o desarranjo e a perturbação controladas nos conduzem para um espaço de experimentação de uma ordem absolutamente diferente da ordem da reconstituição do vivido. Ficamos assim liberados do que eu denomino, de maneira exageradamente simplificadora, a obrigação de restituição, que está no princípio da maioria dos discursos epistemológicos sobre a situação de entrevista ou sobre as técnicas de observação: é a ausência de perturbação que é objeto de valorização (enquanto garante a qualidade do que é restituído). Ou então ela pode ser referida a uma escuta do tipo psicanalítico (considera-se que o silêncio do etnólogo ou do sociólogo produz efeitos a termo), ou

bem ela se apóia em recursos da empatia. O objetivo é sempre produzir efeitos de real pela exibição dos emblemas da boa observação (é o que se pode descrever por meio da figura do “herói de campo”, cujos relatórios de pesquisa nos apresentam regularmente retratos – mais freqüentemente, no meio operário, mas também entre burgueses e aristocratas –: livram-nos das técnicas, mas também dos sofrimentos múltiplos, do bom observador, cuja máxima universal de ação é, ao que parece, “do not disturb”). O objetivo da restituição se exprime pelo uso dominante dos extratos de entrevistas na literatura sociológica corrente: eles ilustram (e garantem) a verdade do campo. O ideal da não perturbação é freqüentemente ligado à produção de efeitos liberadores próprios da sociologia, quer esta liberação tenha lugar na situação de entrevista, quer na situação de leitura de relato sociológico. O lugar de experimentação etnometodológica torna impossível o próprio projeto desse gênero de restituição. É por isso que sugiro exportar na prática sociológica as noções de desarranjo e indiferença etnometodológica, que perturbariam seriamente a operação de “naturalização” que em geral está em ação por trás de uma construção do objeto quando se vem a transcrever a vida de indivíduos. Parece-me possível fazer um uso paradoxal dessas duas noções na medida em que, contrariamente ao que se imagina ordinariamente, elas oferecem também alavancas para a desnaturalização e deslocamento de uma situação observada. Longe de nos condenar ao confinamento na empiricidade radical e insuperável de uma micro-situação, podemos, pela perturbação construída de uma ordem natural, considerar numa outra escala um espaço de contextualização.

As entrevistas publicadas *in extenso* na *Miséria do mundo* (Bourdieu, 1993) são, ao contrário, uma ilustração do processo de naturalização da experiência vivida. Esse corpus poderia evidentemente ser relido à luz das observações críticas que Pierre Bourdieu havia publicado alguns anos antes sobre os limites do método biográfico. Pode-se falar de um retorno da biografia, ou simplesmente da utilização do relato individual de experiência social que teria um estatuto puramente ilustrativo de uma teoria preexistente, como o sugere a referência constante à noção de “fórmula geradora”? Certos leitores puderam ver nessa obra coletiva uma espécie de disfarce do método: os puristas do relato de vida, sem dúvida porque encontravam concorrência em seu campo de predileção, reclamaram da traição de uma problemática fundada na produção da verdade pelo trabalho de campo. Outros acreditaram discernir aí algo como um abandono do posto sociológico. Em todo caso, é o sinal de que a sociologia mais ambiciosa teoricamente (e a que é menos seduzida pelo objeto no ponto de partida) se aliou à problemática da restituição de experiências singulares, enquanto elas revelam o mundo social e o revelam aos próprios agentes sociais.

Parece-me que essa voga envolve várias regressões. A idéia segundo a qual se pode centrar a sociologia em torno da produção e da montagem deste gênero de narrações implica incontestavelmente uma séria revisão da baixa das ambições explicativas nas ciências sociais. O objeto da sociolo-

gia não pode contentar-se em reivindicar a simples apresentação de uma verdade obtida numa troca, mesmo que fosse metodologicamente construída: as teorias da entrevista nunca se interessam pela questão, que é essencial, das formas narrativas nas trocas que praticam. A propósito de uma pesquisa sobre a leitura na prisão, tentei mostrar como os detentos confrontados com um sociólogo utilizavam recursos narrativos que se constituem no decorrer das diferentes etapas desde o início da detenção e assimilavam essas trocas a entrevistas com o psicólogo, o advogado ou o juiz: assim, o relato da vida é ao mesmo tempo o produto do sistema carcerário e indissociável da “carreira” do detento (cf. Fabiani, 1995). Esses relatos evidentemente só têm sentido se os referirmos explicitamente ao seu modo de produção. O discurso da fatalidade social ou o do encadeamento imprevisível das circunstâncias constituem assim esquemas que orientam toda forma de apresentação de si diante de um sociólogo. Não deve ser excessivamente iconoclasta colocar a questão do laço que pode ser constituído entre os quadros eruditos que fazem levantamento ou produzem esses relatos sobre si e outras formas de confissão. O caso do detento é exemplar porque é fácil de mostrar como a situação o conduz a dar uma forma à sua vida recorrendo a modelos sobretudo estandardizados. Mas é preciso ir mais longe e se perguntar sobre o *continuum* entre as formas públicas (e principalmente áudio-visuais) da confissão e a apreensão permitida pela entrevista.

Centrar pois a atividade sociológica em torno da entrevista me parece tornar muito difícil o retorno à qualquer dimensão experimental em ciências sociais. Essa centralização confina o pesquisador num quadro muito mais restritivo, na medida em que ela produz ao mesmo tempo um efeito de fechamento e um efeito de realidade: o mundo é sim aquele que se encontra captado pelo meu gravador. A sinceridade ou a falta de sinceridade dessas confissões importa pouco aqui, não mais do que a avaliação de sua qualidade documental. Estamos sempre situados na mesma escala (a que determina o quadro da troca). Estamos sempre no léxico do destino. As recomendações que conduzem a recortar o conteúdo das entrevistas não mudam nada no fundo: a observação é sempre feita na mesma escala, no espaço mitológico da verdade do campo. Não se pode dissimular a comodidade do recurso à entrevista: é sem dúvida o método mais leve de coleta de informação e sempre dá resultados, pois mesmo os menos talentosos voltam do fronte com horas e horas de fita magnética (mesmo se não sabem o que fazer com elas). No mais das vezes, a exploração desses dados permite confirmar pressupostos teórico-ideológicos do pesquisador, mas não tem virtude heurística particular.

Pode-se querer dissociar o trabalho sobre a construção biográfica da entrevista, ou, para falar em termos mais gerais, da extração de dados a partir de uma interação que brinca com a ambigüidade entre suas dimensões naturais (uma conversa amigável) e seus aspectos artefatuais (um produto para o pesquisador). A maior parte dos metodólogos da pesquisa (uma produção pletórica e frequentemente no limite do grotesco) caem nessa contradição:

como não querem jamais optar por um artificialismo total (e querem sem dúvida manter a esperança de conservar a amizade e o apoio de seus interrogados, sobretudo se estes pertencem às camadas populares), são levados a uma representação empobrecida das estratégias possíveis do tratamento da informação. A centralização da atenção na dimensão biográfica contribui para uma forma de etnologização da sociologia e para o esquecimento de suas ambições explicativas. Ela nos afasta do recurso a procedimentos de experimentação que colocariam em evidência a pluralidade dos mundos disjuntos que estão presentes em cada vida e que tornariam um pouco menos simples a exibição de uma fórmula geradora suscetível de dar conta da integralidade de uma trajetória.

Para terminar provisoriamente essa questão, gostaria de voltar por um instante aos trabalhos de sociologia da filosofia que desenvolvi e corrigi no decorrer do tempo. Quando Raymond Bellour e François Ewald perguntaram a Gilles Deleuze, na ocasião da publicação de seu livro *Pli*, se poderiam iniciar falando de sua vida e se não haveria uma relação entre bibliografia e biografia, ele respondeu: “As vidas de professores raramente são interessantes” (*Magazine Littéraire*, setembro de 1988). Deleuze não disse mais nada sobre si mesmo, mas fez, de passagem, uma observação importante: “Vejo que escrevi meu primeiro livro muito cedo, e depois mais nada durante oito anos. Sei contudo o que fazia, como vivia durante esses oito anos, mas o sei abstratamente, um pouco como se outra pessoa me contasse lembranças nas quais eu creio, mas que na verdade não tenho. É como um buraco em minha vida, um buraco de oito anos. É isso que me parece interessante nas vidas, os buracos que elas comportam, as lacunas às vezes dramáticas, e às vezes nem isso. A maior parte das vidas comportam catalepsias ou espécies de sonambulismo sobre vários anos. Talvez seja nesses buracos que se faz movimento”. Não é no que há de sempre muito pleno na trajetória biográfica que os relatos de vida nos apresentam, vida plena como um ovo em que tudo tem um sentido, que é preciso procurar o que é interessante na vida de um filósofo, mas no vazio aparente destes episódios sonambúlicos que nem a crônica nem as lembranças piedosas podem, por definição, reter. A vida filosófica segundo Deleuze pode ser dissociada daquilo que Jean-Claude Passeron caracteriza como tentação biográfica, ou seja, a “pletora semiótica”, característica do “poder de inteligibilidade exorbitante que lhe é geralmente conferido” (Passeron, 1991, p. 185). Estamos aqui muito longe da trajetória ou da carreira, que supõe continuidade de um itinerário, quer ele seja concebido como expressão de uma série de determinações sociais, como princípio gerador ou como realização de um projeto criador.

Em sua proclamada grosseria, o projeto de uma história social da filosofia visa relacionar as tomadas de posição filosóficas a tipos de determinações sociais. À plenitude de sentido das vidas singulares suposta pelo trabalho biográfico, pode-se contrapor um outro tipo de inteligibilidade: o indivíduo se acha definido a partir da adição de um certo tipo de propriedades,

que são como marcadores e que permitem, por sua sistematização, desenhar uma trajetória: origem social, performances escolares, carreira, posição num espaço definido, etc. Deve-se observar que nessa perspectiva, se bem que sejam constituídas de uma maneira que se opõe francamente à hermenêutica da abordagem biográfica, as trajetórias filosóficas reconstituídas a partir de variáveis sociodemográficas são tão cheias de sentido quanto os relatos no singular. A forma-limite da operação conduz evidentemente a postular a intercambialidade dos indivíduos definidos como simples suportes de estruturas ou elementos num sistema de forças. A escolha de uma tal atitude me havia permitido distinguir dois pólos conceitual e socialmente opostos da atividade filosófica na virada do século, o espiritualismo e o positivismo. Sem me deixar enganar pelo caráter grosseiro dos critérios postos em ação, pareceu-me necessário, para escapar da simples crônica das conceitualizações, recorrer a instrumentos voluntariamente redutores (cf. Fabiani, 1988). Evocando a constância da divisão da filosofia francesa em dois campos, divisão que constitui a base dessa disciplina, mesmo quando o conteúdo dos filosofemas em oposição se transforma, eu havia mostrado que se poderia relacionar esse sistema de operações com um conjunto regrado de características sociodemográficas.

Com efeito, a pesquisa histórica revela duas definições e duas práticas concorrentes da disciplina: assim, pôde-se mostrar que a oposição entre os filósofos definidos como “espiritualistas” e aqueles que os comentadores haviam agrupado sob o rótulo de “positivistas” era redobrada por um certo número de diferenças sociais. A constatação de sua regularidade permitia concluir pela existência de dois perfis filosóficos na universidade francesa na virada do século: ao provincial de tendência positivista, mais freqüentemente originário da pequena burguesia intelectual, opunha-se o espiritualista parisiense, majoritariamente vindo da burguesia abastada. No interior dessa configuração, o filósofo metafísico e o filósofo erudito tendem a desenvolver seus projetos em função de relações primitivas face ao mundo social sensivelmente diferentes. Nesse tratamento de choque imposto a uma disciplina que geralmente recusa toda forma de objetivação de suas práticas, havia antes de tudo a preocupação, tingida de bazófia, de pôr à prova os instrumentos da sociologia sobre um objeto considerado particularmente rebelde. A vontade de fazer um arrazoado sociológico sobre pensamentos cuja unicidade e excepcionalidade são traços perpetuamente reivindicados não resistiu às sucessivas provas às quais as primeiras constatações foram submetidas. O sistema de oposições que constitui o suporte da análise é apenas uma forma particular de configuração que coexiste com outros que lhe são irreduzíveis no mundo filosófico: as cenas sobre as quais se constituem as divergências cuja explicação é a trama da sociabilidade filosófica são múltiplas e desigualmente estabilizadas (cf. Fabiani, 1997, p. 32). Deve-se por essa razão reconhecer o caráter definitivamente singular de toda vida filosófica e renunciar ao projeto de uma história social dos filosofemas? Isso seria

aceitar a autodefinição da atividade filosófica como um surgimento absoluto, o que é desmentido por toda a história intelectual. Devemos antes considerar os modos pelos quais tratamos a vida dos filósofos: os “buracos” evocados por Deleuze - tudo o que resiste à linearidade biográfica - são talvez o terreno mais profundo para experimentar outros modos de escrita da história da filosofia.

Recebido para publicação em dezembro/2001

Tradução de Maria das Graças de Souza

FABIANI, Jean-Louis. What's left of the social agent? Sociological analysis in face of biographical exemplarity and self-diminution. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 33-66, May 2002.

**ABSTRACT:** This paper examines two questions conjointly. The first refers to the uses of biography in social sciences. The second deals with the sociological determination of the notion of actor. On the one hand, it is a question of the statute of the unique experience in history or sociology, and on the other of the statute of the actor in an analytical context, characterized by the plurality of social scenes.

**KEY WORDS:**  
biography,  
social agent,  
ethnometodology,  
interactionism.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUD, S. (1996) L'usage de l'entretien en sciences sociales. Plaidoyer pour l'entretien ethnographique. *Politix*, (35).
- BERGER, B. M. (1981) *The survival of a counter-culture. Ideological work and everyday life among rural communards*. Berkeley, University of California Press.
- BERTAUX, D. (1977) *Destins personnels et structure de classe*, Paris, PUF.
- \_\_\_\_\_. (1997) *Les récits de vie. Perspective ethnosociologique*. Paris, Nathan.
- BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. (1991) *De la justification*. Paris, Gallimard.
- BOUDON, R. (1979) *La logique du social*. Paris, Hachette.
- \_\_\_\_\_. (1998) Au delà du modèle du choix rationnel? *Les modèles de l'action*.

Paris, PUF.

- BOURDIEU, P. (1980) *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1991) L'illusion de la biographie. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, **62-63**.
- \_\_\_\_\_. (1993) *La misère du monde*, Paris, Seuil.
- CALLON, M. & LATOUR, B. (1991) *La science telle qu'elle se fait*. Paris, La Découverte.
- COLLINS, R. (1994) *Four sociological traditions*. Oxford University Presse.
- \_\_\_\_\_. (1995) Les traditions sociologiques. *Enquête*, **2**: 11-38.
- DAKHLIA, J. (1995) Le terrain de la vérité. *Enquête*, **1**: 141-152.
- EMIRBAYER, M. & GOODWIN, J. (1994) Network analysis, culture and the problem of agency. *American Journal of Sociology*, **99**(6): 1411-1454, may.
- ETHIS, E.; FABIANI, J.L. & PEDLER, E. (1999) *Théâtre local, théâtre global: les publics du Festival d'Avignon*. Paris, Éditions Théâtrales.
- FABIANI, J. L. (1995) *Lire en prison*, Paris, Editions de la BPI.
- \_\_\_\_\_. (1988) *Les philosophes de la République*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1992) La sociologie et le principe de réalité. *Critique*, **545**: 790-801.
- \_\_\_\_\_. (1996) Le vétéran. *Libération*, juillet.
- \_\_\_\_\_. (1996b) La discrète. *Libération*, juillet.
- \_\_\_\_\_. (1997) Controverses scientifiques, controverses philosophiques. Figures, trajets, positions. *Enquête*, **5**.
- \_\_\_\_\_. (1998) *Mondes naturels et pratiques ordinaires. De la prédation à la relation virtuelle*. Marseille, Shadic.
- GLASER, Barney & STRAUSS, Anselm. (1967) *The discovery of grounded theory. Strategies for qualitative research*. Hawthorne, Aldine de Gruyter.
- GOFFMAN, E. (1961) *Encounters. Two studies in the sociology of interaction*. Indianápolis, The Bobbs-Merril Company.
- \_\_\_\_\_. (1974) *Frame analysis. An essay on the organization of experience*. New York, Harper and Row.
- HOMANS, G. (1950) *The human group*. New York, Harcourt Brace.
- \_\_\_\_\_. (1964) Bringing the men back. *American Sociological Review*, **29**: 809-818.
- JOSEPH, I. (1998) *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris, PUF.
- LAHIRE, B. (1996) Eléments pour une théorie de l'acteur et de l'acion. *Revue*

- Européenne des Sciences Sociales*, 34(106): 69-96.
- \_\_\_\_\_. (1998) *L'homme pluriel*. Paris, Nathan.
- LEVI, G. (1989) Les usages de la biographie. *Annales ESC*, 44(6): 1325-1336.
- LORIGA, S. (1996) La biographie comme problème. In: REVEL, J. (dir.) *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris, Hautes Études, Gallimard-Le Seuil, p. 209-231.
- MENGER, P. M. (1997) Temporalités et différences inter-individuelles: l'analyse de l'action en sociologie et en économie. *Revue Française de Sociologie*, 38: 587-633.
- \_\_\_\_\_. (1998) *La profession du comédien. Formations, activités et carrières dans la démultiplication de soi*. Paris, La Documentation Française.
- PASSERON, J.C. (1991) Biographies, flux, itinéraires, trajectories. In: \_\_\_\_\_. *Le raisonnement sociologique*. Paris, Nathan.
- \_\_\_\_\_. & PEDLER, E. (1991) *Le temps donné aux tableaux*. Marseille, Imerec.
- PENNEFF, J. (1990) *La méthode biographique*. Paris, Armand Collin.
- SIMON, C. (1997) *Le jardin de plantes*. Paris, Minuit.
- SEWELL JR, W. H. (1992) A theory of structure: duality, agency and transformation. *American Journal of Sociology*, 98(1): 1-29, july.
- STRAUSS, A. (1992) *Miroirs et masques. Une introduction à l'interactionisme*. Paris, A. M. Métailié.
- \_\_\_\_\_. (1993) *Continuals permutations of action*. New York, Aldyne de Gruyter.
- RICOEUR, P. (1994) Histoire et rhétorique. *Diogène*, p. 9-26.
- VEYNE, P. (1995) *Le quotidien et l'intéressant. Entretiens avec Catherine Darbo-Peschanski*. Paris, Les Belles Lettres.
- WRONG, D. (1961) The oversocialization conception of man in modern society. *American Sociological Review*, 26: 183-193.